

VI Congresso Nacional de História da  
Mídia  
200 anos de mídia no Brasil –  
Historiografia e tendências.

UFF, Niterói, maio de 2008.

Grupo Temático:  
**História do Jornalismo**

Nilo Sergio Gomes  
Mestre, jornalista e pesquisador  
Rio de Janeiro  
[nilosgomes@uol.com.br](mailto:nilosgomes@uol.com.br)

Vestígios e memórias  
da imprensa no Brasil  
1808 / 2008

**Um jornalista proscrito no Brasil Independente:**  
**João Soares Lisboa, um português brasileiro.**

**Resumo**

A presente comunicação é um esboço do projeto de pesquisa que desenvolvo para o curso de Doutorado. Ela pretende, através da pesquisa em memória social e micro-história, desvendar quem foi João Soares Lisboa, editor do jornal *Correio do Rio de Janeiro*, que circulou entre abril de 1822 e novembro de 1823. E que viria a morrer em 31 de outubro ou 1º de novembro de 1824, em um dos alvéolos do Rio Capibaribe, lutando como prol da Confederação do Equador. Sua missa foi rezada por Frei Caneca, a poucos metros de onde tombou.

**Palavras chaves: Correio do Rio de Janeiro, jornalista, memória e história.**

**Abstract**

This communication is an outline of the research project that I'm developing to the Doctorate Course. It pretends, trough the research in social memory and micro history, to uncover who João Soares Lisboa, editor of the *Correio do Rio de Janeiro*, newspaper that circulated between 1822's April and 1823's November was. He died in 1824's October's 31 or November's 1st, in the one of the bend of the Capibaribe River, fighting side by side with the members of the Equator Confederation. His mass was prayed by Frei Caneca, next to the ground where he died.

**Key words: Correio do Rio de Janeiro, journalist, memory and history.**

## 1. Surge a imprensa no Brasil. Como e quando?

O surgimento da imprensa no Brasil é ainda uma investigação em curso. E que, portanto, ainda tem muito a revelar e sugerir. Afinal, como anota Marialva Barbosa (2007), “há múltiplas formas de fazer história, de considerar a história, de visualizar a relação história e comunicação. Essa relação é, portanto, também um universo de possíveis” (p. 16).

No que já existe de narrativa histórica e de reconstituição da memória da imprensa, no Brasil, sabe-se que várias impressões foram tentadas, desde o século XVIII, principalmente, mas o nascimento da imprensa é atribuído a Hipólito José da Costa, com o *Correio Braziliense*, lançado em 1º de junho de 1808, em Londres; e à também pioneira *Gazeta do Rio de Janeiro*, voz oficial do poder absolutista da monarquia, lançado em 10 de junho de 1808, logo após a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Inicialmente, a *Gazeta* é editada por Frei Tibúrcio José da Rocha e impressa na tipografia trazida de Lisboa por Antonio de Araújo, futuro Conde da Barca, que mandou instalá-la no porão de sua casa, na Rua dos Barbons (Rizzini, 1968). A partir de 1811 e até 1821, o editor passa a ser o coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que também seria o editor do jornal literário e científico *O Patriota* (1813/14), e mais tarde viria a editar *O Espelho*, lançado em 1º de outubro de 1821 e ligado aos irmãos Andrada (*id.*).

Todas as publicações, contudo, passavam pelo crivo da Imprensa Régia, à frente da qual estava José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, principal intelectual da Corte joanina, no Brasil (Rizzini, 1945; Sodré, 1966; e Lustosa, 2003), o primeiro brasileiro a ler e ensinar as artes da economia, conforme os registros históricos (Rizzini, 1968; Castro, 2001), até por ter sido ele o “primeiro leitor e tradutor de Adam Smith e Edmund Burke” (Leite, 2000, p. 20).

O pioneirismo do *Correio Braziliense*, contudo, é alvo de polêmica na historiografia, embora contemporaneamente esta primazia do jornal de Hipólito esteja, sob certo ponto de vista, estabelecida. Sodré reconhece a impossibilidade de o *Correio* ser editado no Brasil, sem passar pela censura, mas admite ser discutível “sua inserção na imprensa brasileira”, menos pelo fato de ser editado no exterior e, sim, “pelo fato de não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas”. O historiador questiona não o fato de ser publicado no exterior, o que era comum a muitos exilados, mas de não manter vínculos com o que acontecia internamente no país, isto é, com as forças políticas internas ao Brasil, ainda mais, em se tratando de um jornal “do tipo doutrinário e não do tipo noticioso” (*op.cit.*, p. 24).

Em sua obra clássica sobre a imprensa brasileira, Sodré destaca duas opiniões antagônicas sobre o caráter do jornal de Hipólito: a “dos que glorificam Hipólito”, como Oliveira Lima, que, ainda conforme Sodré, identifica Hipólito como “um homem de espírito desassombrado e clarividente”; e a “dos que o denigrem” (*sic*), como Fernando Segismundo, que cobra do jornalista exilado em Londres a demora em colocar-se contra a escravidão e de ter ficado ao lado das Cortes, “quando estas tentaram recolonizar o Brasil”, em 1821 e 1822 (Sodré, p. 25). Antes dele, Rizzini, em sua obra pioneira, afirma sobre Hipólito que “ele ombreia com nossos maiores jornalistas. São-lhe inferiores todos os do primeiro reinado e da regência, com exceção de Evaristo, e todos

os do segundo reinado, menos Justiniano, Francisco Octaviano, Patrocínio e Quintino” ((1945, p. 348).

Outro autor, Renato Lopes Leite, referindo-se a Hipólito José da Costa o identificará como “redator do jornal londrino *Correio Braziliense*” (Leite, 2000, p. 101). Já Sergio Góes de Paula, em seu trabalho sobre o pensamento de Hipólito José da Costa, a partir dos últimos anos de publicação do *Correio* (2001), diz que o jornal “é absoluta unanimidade entre historiadores” (p. 22), citando Varnhagem, Pereira da Silva, Moreira de Azevedo, Silvio Romero, Tobias Monteiro, Afonso Arinos de Melo Franco, que, conforme o autor, “se desmancham em elogios”, além de José Honório Rodrigues e Barbosa Lima Sobrinho. Paula recorre a uma citação de Antonio Candido, que reconhece no jornalista “um prosador de raça” (*op.cit.*, p. 22)

Lustosa reafirma o caráter pioneiro do jornal de Hipólito da Costa, não entrando na polêmica de Segismundo e Sodré e identificando-o como “aquele que foi o primeiro jornal brasileiro” (Lustosa, 2003, p. 14), embora assinala a curiosidade, comum para a época, de ser “um jornal com pose de livro”, cada número com cerca de 100 páginas. A autora destaca a “cobertura” do *Correio* às revoluções da América Espanhola, aludindo às fontes de Hipólito, “as melhores possíveis”, segundo ela, já que era ele amigo de gente como Miranda, Bolívar, San Martín, O’Higgins, “dos quais se tornara amigo na Inglaterra, através da maçonaria” (*id.*, p. 16).

Já sobre o caráter oficialesco da joanina *Gazeta do Rio de Janeiro* parece não haver dúvidas entre os autores citados. Sodré diz da *Gazeta* que ela “Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas (...), semanal de início, trisemanal depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martins Filho, mercador de livro” (1966, p. 23).

Mas a melhor definição da *Gazeta* é a que Sodré reproduz de Armitage: “Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias, natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume” (*id.*).

Lustosa não dirá diferente: “segundo os moldes de sua irmã, a *Gazeta de Lisboa*, era uma espécie de folha oficial, onde se publicavam os decretos e os fatos relacionados com a família real. Publicava também um noticiário internacional, mas este era absolutamente anódino, com as informações filtradas pela rigorosa censura da Imprensa Régia, de forma a nada que lembrasse liberalismo ou revolução alcançasse as vistas sempre sugestionáveis dos súditos da coroa portuguesa. Até 1821, quando os acontecimentos da revolução do Porto começam a ter conseqüências práticas no Brasil, a única folha impressa a que o público do Rio de Janeiro tinha acesso era a tediosa *Gazeta*” (Lustosa, 2003, p. 20).

Portanto, até 1821 o panorama da imprensa brasileira pouco se alterara, restringindo-se à *Gazeta* oficial e ao exilado *Correio Braziliense*, com algumas exceções para uma

imprensa áulica, como a denomina Sodré, referindo-se a jornais como *Idade do Ouro no Brasil*, lançado em 1811, e que vai até 1823, em Salvador, na Bahia; e *O Investigador Português*, cujo lançamento é em Londres e também em 1811, sob auspícios do príncipe regente de Portugal. Jornal criado para combater no campo das idéias e da informação, para disputar e contrapor-se ao que era publicado no *Correio Braziliense*, isto é, aos pontos de vista liberais constitucionalistas defendidos por Hipólito José da Costa, nas folhas do *Correio* londrino (Sodré, pp. 33-35). Outro exemplo ainda de imprensa, neste período, este, no Rio de Janeiro, foi *O Patriota*, que durou dois anos em circulação (1813-14), editado pelo mesmo coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, aquele que, desde 1811, editara a joanina *Gazeta do Rio de Janeiro* (Rizzini, 1945; Sodré, 1966).

## 2. Surge uma imprensa independente

A Revolução do Porto, em 1820, e, antes, a de Cádiz, na Espanha, em 1812, em defesa de um regime monárquico constitucionalista, contra o absolutismo, tornaram letra morta a censura da Imprensa Régia, já em decadência, abrindo caminho para a inédita, até então, liberdade de imprensa, que termina sendo decretada pelas Cortes de Lisboa, em junho de 1821 (Leite, 2000, p. 67).

Começam a surgir folhas e periódicos, desde os que defendem a manutenção do regime monárquico e o “Reino Unido”, aos jornais que aparecem difundindo ideais do liberalismo vitorioso na independência dos Estados Unidos – que colocou o Reino Unido para fora, mas não acabou com a escravidão – ou os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa. Mas não duraram muito esses tempos e nem esses jornais. O mesmo Visconde de Cairu (José da Silva Lisboa), da censura régia, lança, no primeiro semestre de 1821, o *Conciliador do Reino Unido*. Seguem-se a ele dois outros na mesma linha editorial: *O Amigo do Rei e O Bem da Ordem*. Todos de vida efêmera (Rizzini, 1945; Sodré, 1966; e Lustosa, 2003).

É no segundo semestre deste mesmo ano, isto é, após o retorno de João VI e sua corte a Lisboa, e, portanto, sob a regência de Pedro I, que aparece, em 15 de setembro, o *Revêrbero Constitucional*, de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, este último cônego da Capela Real. Ambos maçons e, portanto, influenciados pelas idéias republicanas. Em outubro, o ex-editor da joanina *Gazeta do Rio de Janeiro*, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, lança *O Espelho*, sob inspiração e proteção de José Bonifácio, o homem forte da regência e ministro dos Negócios Estrangeiros (Sodré, 1966 e Lustosa, 2003). Contudo, nenhum deles, ainda, era diário.

É somente em 10 de abril de 1822, uma quarta-feira, três meses após o Fico (9 de janeiro), que surge o *Correio do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal diário do Brasil. Seu editor é o personagem principal desta comunicação: João Soares Lisboa, “jornalista libertário”, como o identifica o já citado Renato Lopes Leite, em “Republicanos e libertários – pensadores radicais no Rio de Janeiro, 1822 (2000)”.

A primeira fase deste outro *Correio*, o de João Soares Lisboa, português brasileiro que trata de editar um jornal, no Brasil, sob a ótica e as marés das conjunturas internas, próprias ao país, isto é, a partir das forças, visões e contradições da própria vida da sociedade que luta por nascer independente, vai até 21 de outubro de 1822, “após 708

páginas”, impresso na Tipografia Silva Porto & Cia. (Leite, 2000). Em uma segunda e derradeira fase, o *Correio* circularia, diariamente, de 1º de agosto a 24 de novembro de 1823, desta feita impresso na Tipografia de Torres, tendo sido impresso, mas esporadicamente, entre maio e julho deste mesmo ano de 1823. “Impresso em quatro páginas de fôlio pequeno, custava \$080 o exemplar e 4\$000 a assinatura de trimestre, 7\$200 a de semestre e 10\$000 a de ano”, como nos conta Rizzini (1945, p. 394).

Leite (2000) é quem observa que sobre João Soares Lisboa, “um dos personagens que têm no rótulo ‘iluminista-libertário’ uma das melhores definições, quase não existe informação” (p. 99). Além das referências clássicas em Rizzini e Sodré, as que existem são dispersas e aparecem quase sempre em narrativas que o têm como personagem secundária, como em textos de Morel e Lustosa. E é também Leite quem vai despertar a atenção para o protagonismo de Soares Lisboa, no período pré e pós-Independência. Neste período, o jornalista desempenha papel relevante, desafiando, através das páginas do *Correio*, o próprio príncipe regente, como narra Rizzini sobre a carta publicada em 27 de junho no jornal, quando cobra uma decisão de D. Pedro a respeito da convocação ou não da Constituinte.

Jogando o governo, no caso da Constituinte, com pau de dois bicos, provocou o jornalista a definição de D. Pedro numa carta, célebre pela insolência: ‘Senhor: falemos claro, ou V.A.R quer representação nacional no Brasil ou não quer. No primeiro caso, pode contar com um defensor denodado dos seus direitos; no segundo, não posso servir à V. A.R., e atrevo-me a dizer que perde o Brasil para sempre’. E adiante: “Nunca V.A.R verá escrito meu de servilismo; deixei de ser vassalo e não voltarei à escravidão. Se os Portugueses se deixarem avassalar, deixarei de ser português e buscarei em terra estrangeira a augusta liberdade.  
(Rizzini, 1945, p. 396)

## 2.1 Um editor de sedições: “o Brasil é livre”

E é, afinal, neste *Correio* de João Soares Lisboa, este quase homônimo do Visconde de Cairu (José da Silva Lisboa), que as disputas políticas na, então, efervescente sociedade brasileira vão aparecer em formas e expressões mais nítidas e bem mais evidentes. A primeira delas irá marcar o destino do jornal e de seu autor. É o *Correio* que publica, na edição de 18 de maio, a “Representação do Povo do Rio de Janeiro” a D. Pedro, para que ele convoque uma Assembléia Constituinte, isto é, “uma Assembléia Geral Representativa”. Não bastasse publicar a “Representação”, o jornal também convoca os leitores a comparecerem à Tipografia Silva Porto & Cia., na Rua do Ouvidor, para assinar a petição ao príncipe regente (Rizzini, 1945; Leite, 2000). Ao que parece, fez-se fila, pois foram recolhidas 6 mil assinaturas, número expressivo se considerarmos a época. Não é à toa que Bonifácio reagiria com a Devassa ou a Bonifácia, levando Ledo, João Soares Lisboa e os demais redatores iniciais da “Representação” ao tribunal. Julgamento que daria em nada, mas que no momento seguinte, com a volta de José Bonifácio ao poder, levaria Ledo e o redator do *Correio* ao exílio, em Buenos Aires.

Antes, na edição do *Correio* do dia 22 de abril, João Soares Lisboa já escrevera artigo lançando mão da idéia de uma Constituinte e da existência de Cortes, também no Brasil. Argumentando estar a liberdade em “risco iminente” e que o “remédio deve ser pronto e legal”, o jornalista afirma que “não podemos dispensar-nos de ter o legislativo” e que “só gozando os mesmos direitos e liberdade que gozam os nossos irmãos de Portugal,

podemos conservar com eles a união” e que, portanto, “seja uma a voz de todos e representemos ao nosso Regente que queremos, porque precisamos, já, já e já, Cortes, Cortes e Cortes” (Rizzini, 1945, p. 396).

A Representação a D. Pedro foi assinada, inicialmente, por seis redatores, a saber, e pela ordem de importância, segundo Leite (p. 19): Joaquim Gonçalves Ledo, jornalista e redator do *Revérbero*; José Clemente Pereira, desembargador e presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro; o cônego Januário da Cunha Barbosa, também redator do *Revérbero*; o também padre Antonio João Lessa; o “jornalista libertário” João Soares Lisboa; e, por fim, o também desembargador Bernardo José da Gama.

Em resumo, ela apresentava ao monarca regente oito itens a serem seguidos, quais sejam: uma “Assembléia Geral das Províncias”, com no mínimo 100 deputados; com sessões públicas para preservar a “união” do Reino Português; alterações, reformas e emendas da Constituição que se fazia em Lisboa; ela, a Assembléia, exerceria o poder legislador; poderia instalar-se com dois terços do número total dos deputados; enquanto se esperavam as “províncias ainda não coligadas”; a “Assembléia” se entenderia por escrito com as Cortes de Lisboa sobre a “união com Portugal, que o Brasil deseja conservar”; e, por fim, o lugar de seu funcionamento seria a “sede da Soberania Brasília”. Não bastasse isso, o *Correio*, ao convocar os “concidadãos” a assinarem a petição, pede que eles também escolham se o voto para eleger os constituintes deve ser direto ou indireto. A primeira opção é amplamente majoritária, entre os 6 mil que assinam a petição (Leite) ou 5 mil, segundo Rizzini (1945).

Era muita sedição. A “Representação” é entregue a D. Pedro cinco dias após sua publicação no *Correio*, isto é, a 23 de maio. E é o Visconde de Cairu que irá responder à sedição, escrevendo a “Reclamação do Brasil Parte XIV”, na qual denomina os seis redatores iniciais da “Representação” de “Perturbadores Públicos” e diz: “desadorno, clamor e protesto contra o PROJETO anticonstitucional e incendiário, de sedição Popular, e de tremenda responsabilidade, anunciado no *Correio* (...)” (maiúsculas e grifos no original). E pergunta, aludindo à Revolução Francesa: “Pretende-se, à Francesa, igualar coisas desiguais?” “Como a respeitável corporação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro segue os catastróficos (...), com seus vestígios da Municipalidade de Paris?” (Leite, p. 21).

O *Correio* prosseguirá sua defesa pela convocação da Constituinte e, após convocada, seu redator escreverá, na edição de 5 de junho: “Rompeu-se o véu, desapareceu a mancha efêmera que ofuscava a luz: o Brasil já não é colônia, já não é reino, já não são províncias ultramarinas! O Brasil é mais do que tudo isso: é nação livre, independente” (Rizzini, 1945, p. 397).

E mais dirá, dirigindo-se ao príncipe regente, D. Pedro:

Uma Assembléia Constituinte em que se acha representada a soberania da nação é superior a vós, e no momento da sua instalação vós deixais de ser príncipe de fato, conservando só vossa dignidade de direito.  
(Rizzini, 1945, p. 397)

Contudo, a decisão do governo chefiado por José Bonifácio de convocar a Constituinte por eleição indireta fará João Soares Lisboa elevar o tom, já desassombrado de seus textos e editoriais. E ele confronta a decisão do governo, de D. Pedro, com o que foi encaminhado na “Representação”, com milhares de assinaturas: “Quem autorizou V.A.R. para mandar o contrário daquilo que lhe representaram os povos desta província?”, indagará ao príncipe regente na edição do *Correio* de 1º de julho (Rizzini, *op.cit.*).

Esta oposição entre o poder absolutista e a vontade popular é eminentemente uma repercussão, na pré-corte brasileira, nesta sociedade em ebulição, do iluminismo e dos ideais da Revolução Francesa, replicada a seu modo pela Revolução do Porto, instituindo uma possível igualdade entre os poderes. O que o texto alude é a uma representação popular, pois assinada por milhares de pessoas que, espontaneamente, ao que parece, dirigiram-se à Tipografia Silva Porto & Cia., na Rua do Ouvidor, para apostarem seus nomes à petição. “Representação” que, em um de seus pontos fundamentais – o voto direto, cuja aprovação fora recolhida nas ruas – não foi cumprida e nem respeitada pelo governo chefiado por Bonifácio, no qual a decisão final cabia ao príncipe regente, D. Pedro.

D. Pedro, portanto, comandava um regime político em transição, em um país que não seria mais colônia, pois que fora a sede da monarquia portuguesa na última década, e cujos destinos, pela primeira vez, estavam em disputa no ambiente mesmo da Corte suprimida, o Rio de Janeiro, de onde D. João VI saíra, atendendo a chamado impositivo de Lisboa, que lhe pôs em xeque a própria coroa. Mais do que isso, também, está memorizado nas páginas do *Correio* o que acontecia para além da capital, pois o jornal republicava textos e “reportagens” de José Hipólito da Costa, no outro *Correio*, o *Braziliense*, de Londres; bem como textos de Cipriano Barata, no seu jornal *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Alerta!*, e de Frei Caneca, publicadas originalmente nas páginas do jornal do carmelita, *Typhis Pernambucana*, ambos lançados após o *Correio* de João Soares Lisboa.

O caráter diário do jornal não seria, talvez, o mais relevante na decisão do redator do *Correio*, quando foi, provavelmente, o primeiro a publicar, com algum destaque, a decisão tomada a 7 de Setembro, às margens do Ipiranga, pelo príncipe regente, D. Pedro. Era mais do que isso. É o mesmo Rizzini (1945) quem vai observar que:

Os periódicos fluminenses custaram a ouvir o brado do Ipiranga. Noticiaram-no alguns com grande atraso. Outros, como o *Revérbero*, limitaram-se a referi-lo de passagem e tardiamente. (...) A 21 de setembro, sete dias após regressar o Bragança de S. Paulo, o *Correio* clarinou: ‘Está inteiramente rasgado o véu do mistério! Assim o pedia a honra de todos os portugueses do Brasil, a sua liberdade, a sua futura grandeza, a glória do seu primeiro cidadão, do seu primeiro imperador, do primeiro dos príncipes, do imortal Pedro!!!

(Rizzini, p. 397)

### 3 – Em favor de uma memória

Admitindo-se a afirmação de Leite (2000) sobre João Soares Lisboa ser uma personalidade pouco conhecida na historiografia brasileira, vale lembrar o que nos diz Jô Gondar (2005), quando escreve que “a memória é uma construção. Ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados” (p. 18). Repassar aos nossos olhos de hoje as páginas do diário *Correio do Rio de Janeiro*, juntando a elas as páginas dos periódicos de Cipriano Barata – *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Alerta!* – e de Frei Caneca – *Typhis Pernambucano* – é realizar um encontro com as idéias republicanas fecundadas pelos ideais iluministas de “um período iluminista liberal”, como o define Montenegro (1978), pouco conhecido entre nós. Nessa “construção de memória”, nessa coleta de pistas e vestígios, “A partir dos sinais que chegam até o presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação” (Barbosa, 2007, p. 13), “esses vestígios, que aparecem como documentos e como ato memorável” (*ibid*), e que, no caso de João Soares Lisboa, são pistas dispersas, as quais cabe segui-las, acompanhá-las, desvelar o que caiu no esquecimento, intencionalmente ou não.

A escolha de um indivíduo presente e participante ativo do processo da Independência do Brasil, o jornalista João Soares Lisboa, editor do primeiro jornal diário brasileiro, não tem por alvo desconsiderar o ambiente político e social da época. Pelo contrário. Como escreve Jacques Revel (2000), “(...) a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último”. Ao buscar alcançar memórias e documentos, citações e referências sobre João Soares Lisboa, e mesmo o possível apagamento de sua memória em obras imediatamente posteriores à sua morte, o que se pretende é reconstituir aos olhares de hoje o tempo passado imediatamente antes e após a declaração da Independência do Brasil. Afinal, ainda como o entendimento de Revel:

A análise micro-histórica tem, portanto, duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possíveis uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se, por outro lado, a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula.  
(Revel, 2000, p. 17)

Pois, quem foi este João Soares Lisboa? Leite apóia-se, em várias fontes de pesquisa, entre elas o trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva (1987), para informar que o jornalista imigrou para o Brasil em 1800, indo primeiro para o Rio Grande do Sul, “onde conheceu o marechal Moraes, constituindo laços sinceros de amizade que se romperiam em 1822, sob o turbilhão da força dos acontecimentos políticos” (Leite, p. 100). A data da chegada coincide com a informação publicada também em Rizzini (1945), que, inclusive, reproduz palavras escritas pelo jornalista em comunicado que teria sido publicado em um boletim, logo após ser intimado pelo chefe da polícia a suspender, pela primeira vez, a publicação do diário, em outubro de 1822, e deixar o país em oito dias. As palavras escritas confirmam a data de chegada dele ao Brasil: “O redator não tem expressões com que dignamente agradeça o bom acolhimento e estima que lhe prestaram seus concidadãos do Brasil, donde saudoso se aparta por força do

destino, depois de quase 23 anos de habitação e pouco mais de seis meses de redator” (1945, p. 398).

Lendo jornais contemporâneos ao *Correio*, Rizzini afirma que João Soares Lisboa “Era quem melhor escrevia”. Foi ele, “em que pese aos que até hoje o qualificam de bronco e ignorante, o melhor jornalista do tempo”.

Proclamaram-no os próprios contemporâneos: “Se o autor deste periódico (o *Correio*) não se tivesse já acreditado pela elegância e facilidade do seu estilo e muitas vezes pela força e justeza das suas reflexões”. Os seus inimigos, não podendo negar a evidência, atribuíram-na a colaboradores encobertos, o que levou Soares Lisboa a repetidas explicações: era o único escritor do *Correio*. Não cursara estudos superiores, “mas quantos estúpidos foram a Coimbra e voltaram da mesma forma, senão piores”. (Rizzini, 1945, p. 396)

O comentário das primeiras aspas da referência acima diz respeito a uma correspondência de leitor publicada no jornal *Espelho*, de 5 de julho de 1822. As segundas aspas, da edição de 23 de julho do mesmo ano, dizem respeito ao que, segundo Rizzini, eram as “repetidas explicações” que João Soares Lisboa publicava no *Correio*, para dizer que mesmo não sendo um letrado, por excelência, tinha idéias próprias que sabia exprimir e que tinham ressonância na sociedade.

Em outra passagem, a relevância do jornalista e redator do primeiro diário brasileiro fica evidente nas palavras do embaixador da Áustria, no Brasil, Mareschal, que em carta consigna a importância “capital” do *Correio* em todo o processo que resultou no juramento de D. Pedro, em 12 de outubro, tendo defendido a cláusula do “juramento prévio da Constituição”, que novamente contra ele atrairia a ira conservadora (Rizzini, 1945, p. 397).

Pelas páginas do *Correio do Rio de Janeiro*, portanto, é possível perceber e acompanhar o processo político brasileiro, e a enorme efervescência que havia no período pré-Independência e que, portanto, a atitude de Pedro I no Ipiranga, em 7 de Setembro de 1822, nada mais respondeu do que a um clamor que, olhado à época das memórias guardadas nas páginas do *Correio*, é possível concluir que havia no país, desde antes do retorno de João VI a Lisboa, em 1821. O Brasil era, portanto, uma sociedade em ebulição, em busca de seu destino soberano, de suas identidades, de autonomia, de rumos próprios, uma sociedade em busca de si mesma. Afinal, a Independência é um movimento que procede a diversos outros movimentos anteriores, como a Conjuração Mineira, em 1792, a Revolta da Bahia, em 1798, a de Pernambuco, em 1817, e aos primórdios da Confederação do Equador, a partir de abril de 1822, com jornais como o *Correio*, de João Soares Lisboa, depois dele o *Sentinela da Liberdade da Guarita de Pernambuco Alerta!*, de Cipriano Barata, e o *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca.

A publicação do *Correio* é interrompida, a primeira vez, por determinação de José Bonifácio, um mês e meio depois de proclamada a Independência do Brasil perante Portugal. O jornalista que já fora absolvido em 1º de agosto daquele ano de abuso da liberdade de imprensa, quando questionou a decisão de Sua Alteza Real nas páginas do *Correio* de 1º de julho de 1822, por não ter convocado a Constituinte pelo voto direto dos cidadãos, foi expulso do país semanas após a Independência proclamada. Em

processo movido pelo poderoso ministro, vários defensores de causas liberais, que não só a independência, mas também da “Convocação de Cortes Brazilianas” ou de uma “Assembléia Geral Representativa” foram presos ou conseguiram exilar-se, como foi o caso de Gonçalves Ledo, a quem João Soares Lisboa foi juntar-se, em Buenos Aires.

João Soares Lisboa voltou ao Brasil em fevereiro, ficando Ledo na capital portenha, de onde só retornaria ao Brasil muito tempo depois. Assim que chega ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1823, João Soares Lisboa é novamente preso. O *Diário do Governo*, jornal que substituiu a antiga e joanina *Gazeta do Rio de Janeiro*, fez breve referência ao seu retorno, na edição de 19 de fevereiro daquele ano, quando escreveu em uma de suas notas que “O redator do falecido *Correio* chegou mui ‘ledo’ de um passeio a Buenos Aires” (Rizzini, 1945, p. 398). João Soares Lisboa foi o primeiro jornalista a ser expulso do país e, ao retornar, é o primeiro a ser preso. Meses depois, em novembro de 1823, é condenado e expulso por D. Pedro, sendo, portanto, o primeiro jornalista proscrito no Brasil Independente.

Sodré (1966) tem interessante observação sobre a diferença entre o jornal de João Soares Lisboa e o *Revérbero*, de Ledo e Januário Barbosa, no processo de conquista da independência do país das cortes portuguesas: “O jornal de Ledo e Januário colocaria em destaque o problema da independência; o *Correio do Rio de Janeiro*, o da liberdade” (p. 80).

Apesar das versões impressas pela historiografia oficial, a independência do Brasil é proclamada após uma trajetória de lutas e rebeliões que não se encerrariam com ela, e na qual a Conjuração Mineira, de 1792, foi um dos momentos de maior capacidade de ação revolucionária dos brasileiros. Seguiram-se a ela a rebelião de 1798, na Bahia, a República de 1817, em Pernambuco, e a Confederação do Equador, proclamada em julho de 1824, reunindo vários estados do Nordeste brasileiro.

João Soares Lisboa embarcou para Lisboa, no Rio, mas ao chegar a Recife foge do navio e vai juntar-se aos confederados do Equador. Cipriano Barata, o ideólogo de tantas rebeliões e, se é que se pode assim dizer e entender, de idéias do iluminismo no Brasil, já estava preso desde novembro de 1823, logo após o fechamento da Constituinte para a qual fora eleito pela Bahia. Em Recife, o redator do *Correio* edita seis ou sete edições do jornal *Desengano dos Brasileiros*, denunciando a traição de Pedro I ao país e aos anseios de liberdade da sociedade brasileira. Segundo Morel (1986) foi ele também quem escreveu alguns dos discursos e atos do presidente da Confederação do Equador, Paes de Andrade. “A Confederação do Equador não teve, de certo, partidário mais leal do que João Soares Lisboa”, escreve Alfredo de Carvalho, nos Anais da Imprensa Periódica Pernambucana (Rizzini, 1945, p. 401).

A 29 ou 30 de novembro, a data é imprecisa nos poucos registros históricos, já como combatente armado na guerra civil, João Soares Lisboa é ferido com dois tiros, em uma emboscada no Couro d’Anta. “Recostado a um amigo e rodeado de outros, quando supôs que acabava à violência de uma ânsia, disse: morro nos braços da amizade”, relata um dos líderes confederados, Frei Caneca (*id.* 401). Morre no dia seguinte, tendo sua missa rezada pelo frade carmelita e revolucionário, que mais tarde dará seu testemunho: “O caráter de um homem livre foi por ele sustentado com toda dignidade até os últimos paroxismos da vida” (*ibid.*).

João Soares Lisboa, esta memória que precisa ser reconstituída, seguiu à risca o que escreveu ao príncipe regente D. Pedro, a 30 de maio, mas publicado no *Correio* de 27 de junho de 1822: “Nunca V.A.R. verá escrito meu de servilismo; deixei de ser vassalo e não voltarei à escravidão. Se os Portugueses se deixarem avassalar, deixarei de ser português e buscarei em terra estranha a augusta liberdade”. Morreu, portanto, brasileiro, lutando pela augusta liberdade, às margens do Rio Capibaribe, onde foi enterrado.

#### 4. Referências bibliográficas

**Barbosa, Marialva.** *História Cultural da Imprensa – Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart e Ferreira, Lucia Maria Alves (org.). *Mídia e memória, a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

**Castro, Nivalde José.** *O Economista – a história da profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Cofecon, Corecon-RJ, Corecon-SP, 2001.

**Gondar, Jô.** Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, Jô e Dodebei, Vera (org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2005.

**Leite, Renato Lopes.** *Republicanos e libertários – Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

**Lustosa, Isabel.** *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência, 1821 – 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

**Montenegro, João Alfredo de Souza.** *O liberalismo radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

**Morel, Marco.** *Cipriano Barata, o panfletário da Independência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Frei Caneca, entre Marília e a Pátria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

**Paula, Sergio Góes de.** *Hipólito José da Costa*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2001.

**Revel, Jacques.** A história ao rés-do-chão. In: Levi, Giovanni. *A herança imaterial – trajetória de um exorcista no Piemonte do século XII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

**Rizzini, Carlos.** *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822. Com um breve estudo sobre a informação.* RJ, SP, P. Alegre: Livraria Kosmos Editora, 1945.

\_\_\_\_\_ *O jornalismo antes da tipografia.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

**Sodré, Nelson Werneck.** *A história da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.